

O MUNDO RURAL SOB O PONTO DE VISTA GEOGRÁFICO: A TRAJETÓRIA DA GEOGRAFIA AGRÁRIA BRASILEIRA DA DÉCADA DE 30 À DE 90¹

DARLENE APARECIDA DE OLIVEIRA FERREIRA²

Resumo

O desenvolvimento dos estudos geográficos sobre a atividade agrícola pode ser avaliado segundo a trajetória dos diferentes trabalhos, temáticas e transformações metodológicas que marcaram a Geografia Agrária no Brasil presentes em periódicos e anais de congressos, produzidos e editados por instituições de pesquisa, departamentos e/ou universidades e associações ligadas à Geografia. Sendo assim, o presente trabalho buscou identificar o modo geográfico de ver a atividade agrícola no Brasil, transformado em função das mudanças teórico-metodológicas, sofridas pela Geografia, e das transformações ocorridas, no contexto sócioeconômico, na sociedade brasileira, da década de 30 à de 90. A definição e periodização da Geografia Agrária no Brasil, bem como as influências de outras ciências nos estudos geográficos sobre o agro, foram aspectos tratados. Para análise dos trabalhos selecionados, os artigos e resumos levantados receberam um tratamento quantitativo, definindo: títulos, autores, instituições, décadas mais representativas, reunindo a produção geográfica brasileira sobre o agro. Um corte temporal propiciou a identificação do comportamento e das mudanças ocorridas, sempre em consonância com a atualidade científica, econômica e social do Brasil.

Palavras-chave: Agricultura, Geografia Agrária, História da Geografia

¹ Este trabalho é parte da Tese de Doutorado *O mundo rural sob o ponto de vista geográfico: a Geografia Agrária brasileira da década de 30 à de 90*, defendida pela autora junto ao Curso de Pós-Graduação em Geografia - Área de Concentração em Organização do Espaço - IGCE - UNESP - Rio Claro, em novembro de 1998.

² Professor Assistente Doutor junto ao Departamento de Antropologia, Política e Filosofia - FCL - UNESP - Araraquara, e-mail: darlene@fclar.unesp.br

Abstract

The rural world in the point of view of geographers - the progress of brazilian agrarian geography from the 30's to the 90's

The development of the geographical studies about the agricultural activity can be evaluated according to the trajectory of the different works, thematic and methodological transformations that marked the Agrarian Geography in Brazil presents in newspapers and annals of congresses, produced and published by research institutions, departments and/or universities and associations linked to the Geography in Brazil. Thus, the present work looked for to identify the way of seeing geographical on the agriculture in Brazil, whose trajectory became function of the theoretical-methodological changes, suffered by the Geography, and of the happened transformations, in the socioeconomic context, in the Brazilian society, of the decade of 30 to the one of 90. The definition and the division into periods of the Agrarian Geography in Brazil, as well as the influences of another sciences in the geographical studies on the agriculture, were the first treated aspects. For analysis of the selected works, the goods and lifted up summaries received a quantitative treatment, defining: titles, authors, institutions, more representative decades, gathering the Brazilian geographical production on the agriculture. A temporary court, containing the decades two to for two it propitiated the identification of the behavior and of the happened changes, always in consonance with the scientific, economic and social present time of Brazil.

Key-words: Agriculture, Agrarian Geography, History of Geography.

INTRODUÇÃO

Num mundo em transformação, a reconstituição de um caminho ou de uma trajetória nos permite recuperar idéias, posicionamentos, história. Na ciência geográfica, a valorização do tempo coloca-se como fundamental para qualquer estudo; afinal, lidamos com objetos em movimento, em mudança, em processo.

Ciência, realidade, tempo, são as principais variáveis analisadas no presente artigo que objetivou a análise da Geografia Agrária, buscando o entendimento de como se comportou o estudo sobre a agricultura, efetuado pela Geografia, ao longo de sua existência no Brasil e a reconstrução da trajetória e características que marcaram tal desenvolvimento.

Como atividade econômica bastante importante para o país, a agricultura definiu formas de produzir e de organizar o território brasileiro. Os primeiros regis-

tros sobre esta atividade foram realizados por viajantes que se preocupavam em descrever, em relatos de cunho não-científico, a organização da atividade agrícola.

A sistematização da ciência geográfica no país introduziu formas específicas de análise e, enquanto ciência do espaço, a Geografia procurou privilegiar as formas diferenciadas de distribuição da atividade no território nacional.

Identificando facetas particulares que distinguiam a paisagem como resultado de um conjunto de ações e atitudes dos produtores para com a terra, que determinavam gêneros de vida, sistemas de cultivos ou organizações espaciais muito próprias e localizáveis no espaço, indicando até a formação de regiões agrícolas, os estudos sobre agricultura, na Geografia, desenvolveram-se sob a influência da escola francesa e num ambiente agrícola em transformação: passava-se de uma sociedade agrária para uma urbano-industrial.

Apesar da Geografia ter sido institucionalizada, em meados da década de 30, num momento posterior a uma aguda crise sofrida pela oligarquia agrária brasileira (a crise de 29), o conhecimento do território nacional foi registrado, muito em função da atividade agrícola, a qual determinará, também, um período bastante rico em trabalhos sobre a realidade rural brasileira.

A agricultura permanece como temática de estudo para o geógrafo brasileiro durante todo o tempo. As formas de análise mudam acompanhando as transformações ocorridas no meio rural e, na ciência geográfica, de maneira geral. A hegemonia agrária se perde e a cidade passa a ser o espaço de pesquisa, e a indústria, a atividade que o organizará.

Porque possui uma expressão econômica e social bastante forte no contexto nacional, justificada pela existência de um fórum de debates específico para as questões agrícolas não apenas na perspectiva geográfica, mas também sob outras formas de objetivação, podemos abstrair que a atividade agrícola, como temática de estudos, sempre ocupou lugar de destaque junto às ciências no Brasil e marcou o discurso de muitas delas.

As mudanças ocorridas no campo são sentidas a partir de processos sócio-espaciais indicadores de novos arranjos. A modernização da agricultura, a migração campo-cidade, o acirramento da concentração da renda e das terras, os conflitos sociais, são alguns dos novos elementos de análise da atividade agrícola. O geógrafo acompanha estas mudanças vislumbrando novos paradigmas, novas teorias, uma nova realidade.

Assim, agricultura e Geografia fundiram-se, nutrindo pesquisas que buscaram evidenciar o papel desempenhado pela atividade agrícola no entendimento e caracterização do espaço rural brasileiro. Isto fez surgir um modo geográfico de ver a agricultura que resume o que é a Geografia Agrária enquanto objeto de estudo e que procuraremos evidenciar neste trabalho.

A efetivação desta proposta baseou-se na análise da história do pensamento geográfico no Brasil, ainda não desenvolvida sob esta perspectiva. A análise da bibliografia, que sustenta este estudo, permite a identificação de temáticas e concepções teóricas propostas para o entendimento da agricultura e conduz ao mapeamento da produção geográfica sobre a atividade agrícola, em consonância com as questões postas pela realidade do agro brasileiro em suas diferentes facetas.

Assim, estudamos a produção nacional³ em agricultura, sob a ótica geográfica, descrevendo as temáticas e características metodológicas que marcaram o período compreendido entre meados da década de 30 e meados da década de 90.

A PRODUÇÃO GEOGRÁFICA SOBRE AGRICULTURA

A complexidade do tema e do conjunto de informações que se alinham para análise fez surgir algumas indagações. A verificação da produção geográfica nacional sobre agricultura, desperta o interesse para alguns aspectos importantes, tratados separadamente a seguir.

O primeiro diz respeito às diferentes fases que os estudos sobre agricultura, na Geografia, apresentaram, estabelecidas em função da dinâmica da sociedade e das transformações teórico-metodológicas pelas quais passaram o conhecimento científico e a Geografia em particular.

O interesse geográfico pelo estudo do meio rural desenvolveu-se de forma bastante particular e alcançou um papel de destaque no contexto da ciência geográfica sendo contemporâneo ao desenvolvimento da Geografia Científica do século XIX e início do atual.

Considerando-se que a agricultura é a atividade econômica mais antiga da sociedade e que, quando de sua sistematização, a Geografia surge em meio a uma sociedade agrária, na qual o econômico era o rural e o tipo de organização espacial mais visível e dominante era a rural, a ênfase nos estudos rurais foi, de certa forma, natural.

A Geografia Agrária apresenta uma história muito particular no tocante ao desenvolvimento da Geografia: conhecer a superfície da terra e detectar as formas de exploração (cultivos, técnicas) aparece como a primeira forma de analisar a agricultura.

³ A produção nacional referida é composta por material bibliográfico oriundo de levantamento realizado junto a periódicos nacionais de Geografia e anais de reuniões científicas realizadas pelos geógrafos brasileiros. O período de abrangência do levantamento inicia em meados da década de 30 encerrando-se com as referências disponíveis até meados da década de 90.

Definida como atividade econômica praticada pelo homem e que visa à produção de alimentos e matéria-prima, assim como o extrativismo vegetal e a pesca, a agricultura é tema bastante antigo da Geografia. Já em meados do século passado a Geografia Agrária figurava em trabalhos de geógrafos.

Sem constituir propriamente uma escola, o estudo da agricultura nesse período dá-se em um contexto no qual ela é considerada um elemento da paisagem e portanto, de interesse de cronistas e viajantes mais que (propriamente) de geógrafos.

É possível percebermos, ao longo do período analisado em nosso trabalho, que definir Geografia Agrária não foi tarefa fácil para aqueles que a isto se propuseram. Uma das dificuldades principais esteve no fato de a Geografia Agrária ter como objeto uma atividade estudada também por outras ciências. O estudo da agricultura não é exclusividade da Geografia Agrária e muito menos do geógrafo agrário.

O estudo geográfico da agricultura foi realizado ao longo do tempo por diferentes enfoques que produziram uma diversidade de definições as quais refletiram o modo de pensar do momento. Assim, em princípio, a Geografia Agrária era desenvolvida como “parte” da Geografia Econômica e os estudos econômicos em Geografia tinham, na agricultura, seu foco principal.

Apesar disto, a denominação Geografia Agrária não era adequada considerando-se que o conteúdo destes estudos voltava-se, prioritariamente, para a análise da produção agrícola, da distribuição dos cultivos e pouca importância era dedicada às questões sociais, característica dos estudos agrários. O produtor agrícola, nesse momento, era considerado um elemento da paisagem, estudado em seu **habitat** e gêneros de vida.

A denominação mais adequada para este ramo da Geografia, foi originada por diferentes pontos de vista. Agrária, agrícola, rural, da agricultura, nomeavam, genericamente, os estudos sobre o agro no Brasil e o significado de tais denominações radicava no que era priorizado: o econômico, o espacial, o social.

A Geografia, até as décadas de 30 e 40, apresentava uma divisão dual: Física e Humana. Nos aspectos humanos, a prioridade era dada aos estudos econômicos que tinham, na agricultura, o interesse principal. A hegemonia da agricultura fez com que não houvesse necessidade de definir um campo de estudo específico. O papel prioritário desempenhado pela atividade agrícola, no período, colocou-a como temática principal dos trabalhos.

A partir da década de 50, o desenvolvimento do sistema urbano-industrial e a concretização da divisão social do trabalho colocaram a cidade e a indústria como precursores de uma nova realidade econômica. A complexidade de relações que se estabeleceram levou à necessidade de definição de novos campos e a agricultura, de hegemônica, passou a ser coadjuvante, num sistema econômico constituído por muitos elementos ou partes. A agricultura é uma delas. Então, conseqüentemente,

surgiram novos ramos do conhecimento, sendo necessária a definição exata do campo de estudos de cada um.

Pelas abordagens aqui apresentadas, observamos que a Geografia Agrária não é um ramo científico estabelecido de forma única ou de maneira autônoma pois, se é representativa, em número de trabalhos, estes não são representativos de um mesmo pensamento. Assim, as primeiras contribuições relativas à definição e objeto da Geografia Agrária, datam da década de 50 e não são trabalhos escritos por geógrafos pátrios, mas por estrangeiros de renome. Léo WAIBEL (1979), Elio MIGLIORINI (1950)⁴, Daniel FAUCHER (1953) e Pierre GEORGE (1956) são autores que discutiram o objeto, definiram e vivificaram a Geografia Agrária.

Considerado o período em que o paradigma da “diferenciação do espaço” ou “regionalista” (AMORIM FILHO, 1985) dominava, as pesquisas tinham o objetivo de serem cumulativas. Eram descrições que resultavam da observação no campo e revelavam a distribuição no espaço de aspectos, os mais variados, da agricultura.

Podemos dizer que o geógrafo (agrário⁵) estava preocupado em estudar a atividade agrícola evidenciada na paisagem e distribuída distintamente pela superfície da terra em função dos condicionantes naturais, dos sistemas econômicos (sistemas de cultivos) e da população (**habitat**, modo de vida). Esta é a Geografia Agrária da década de 50: imprecisa quanto à sua definição, representativa como campo de interesse e numerosa quanto à produção científica.

Também é importante assinalar que, por ser ainda bastante recente o desenvolvimento da Geografia no Brasil, os estudos voltados à definição e caracterização de diferentes ramos da ciência geográfica e, em particular da Geografia Agrária, são realizados por estrangeiros que têm em seus países uma ciência mais amadurecida e uma diversificação econômica, social e espacial concreta.

Para o período seguinte, não ocorrem grandes mudanças em relação às formas de análise. No Brasil, aparecem dois trabalhos que, na tentativa de definir o campo de estudos da Geografia Agrária, reforçam as propostas anteriores. Sob influência francesa, comum ao período, os escritos de Orlando VALVERDE (1961 e 1964) discutem o que é a Geografia Agrária. As proposições de Waibel e Faucher são retomadas com o objetivo de fundamentar o posicionamento tomado pelo autor. O geógrafo agrário, na década de 60, apesar da produção numericamente expressiva, encontrava dificuldades para se posicionar diante do meio científico e mesmo diante de sua ciência de origem, buscando definir como se daria o entendimento geográfico da agricultura ou, o pensar geográfico sobre agricultura.

⁴ O trabalho de Elio Migliorini, cujo original data de 1949, foi publicado, com tradução, no Brasil no Boletim Geográfico em 1950.

⁵ Neste momento, talvez seja precipitado designar tão nitidamente este especialista. O geógrafo, de uma forma geral, será físico ou humano, havendo ainda um tratamento específico quanto à Geografia Econômica.

Para a década de 70, grandes mudanças revelam um objeto de estudos modificado. O processo de modernização da agricultura levou ao campo novas formas de produzir, relações de trabalho mais apropriadas à lógica do sistema capitalista de mercado, numa situação na qual a indústria passa ser produtora de insumos para a agricultura e consumidora de bens agrícolas.

Um cenário de transformações também é sentido no ambiente acadêmico pelas mudanças metodológicas que ocorriam no meio científico da Europa e da América Anglosaxônica. No Brasil, os estudiosos começam a discutir o assunto e algumas tendências são projetadas. Os trabalhos ligados especificamente à definição e explicação da Geografia Agrária demonstram preocupação com a definição de uma nova ordem teórico-metodológica que responda ao conteúdo e à natureza da atividade agrícola, praticada sob nova lógica, em consonância com as diretrizes do novo paradigma geográfico.

A preocupação dos autores (DINIZ, 1973; MEGALE, 1976; GUSMÃO, 1978; CERON & GERARDI, 1979), neste período, está em determinar qual o campo e a metodologia que melhor se adequam aos estudos agrários. O tratamento da questão agrária foi efetuado sob óticas distintas e marcou o surgimento de uma preocupação social nos trabalhos geográficos. Aqueles ligados à definição e caracterização da Geografia Agrária trouxeram consigo uma percepção ainda não avaliada, na qual a paisagem, o espacial, perderam referência. Uma visão crítica é empreendida, o que fez mudar toda a análise deste ramo da Geografia.

Na década de 80, a discussão teórica a respeito da definição de Geografia Agrária é suplantada pelo movimento de renovação paradigmática da Geografia, que estabelece uma ótica social no pensar o agro. Entretanto, alguns trabalhos são escritos resgatando e resumindo a trajetória dos estudos agrários e outros, apontando as novas direções a serem tomadas por esses estudos (TEIXEIRA, 1981; LONGO, 1983; DINIZ, 1984; BRAY, 1987; GALVÃO 1987 e 1988). Um ponto comum nos trabalhos levantados, diz respeito à necessária associação do desenvolvimento da Geografia Agrária ao movimento da sociedade e da própria ciência como um todo.

A preocupação com a realidade, como a temática social é fato presente nos trabalhos analisados, referentes aos anos 80. Observamos uma inquietação dos autores quanto ao caminho a ser seguido pela Geografia Agrária brasileira, demonstrando até um descontentamento com o que foi produzido até o momento. Eles se preocuparam em interpretar o modo de pensar do geógrafo sobre a agricultura, identificando como os estudos sobre agricultura se desenvolveram. Talvez, a preocupação conceitual *stricto sensu* tenha desaparecido em função das novas preocupações que marcaram a Geografia e a Geografia Agrária contemporânea face às transformações da ciência e da sociedade.

Outro aspecto importante a ser considerado diz respeito às diferentes formas de analisar a agricultura. À medida que o produtor agrícola tornava suas relações com a sociedade e o espaço mais complexas, maior era o interesse em estudá-lo ou compreender sua racionalidade. À medida que este elemento, como organizador do espaço, estabelecia um novo processo de relações, ou era envolvido neste processo, a configuração espacial estabelecida era avaliada sob novo enfoque.

É evidente que a produção geográfica nacional sobre agricultura variou ao longo do período por nós analisado. Essa variação correspondeu às mudanças ocorridas em dois níveis. Primeiramente, no contexto teórico-metodológico, derivando de transformações paradigmáticas que foram assimiladas pela ciência geográfica. O segundo, no âmbito empírico, construído pelas transformações da realidade que se colocaram para análise diante do geógrafo.

Quanto às mudanças teórico-metodológicas que acompanharam o desenvolvimento epistemológico da Geografia, refletiu-se no que denominamos de formas de análise⁶.

Assim, passamos dos estudos de caso - realizados pela Geografia Tradicional, em que a observação era a principal ferramenta - para as análises estatísticas - em que o uso da matemática era o alicerce - e, destas, para a ênfase na questão teórico-social-ambiental.

É possível, sem grandes dificuldades, definirmos algumas características que determinam tendências nos textos levantados na direção de uma ou outra linha teórico-metodológica. O tratamento dos dados, a forma de redigir, a apresentação das informações, identificam a que “escola” do pensamento o trabalho pode ajustar-se. Não se trata aqui, de rotularmos os trabalhos ou os autores, mas, sim, de mostrarmos como é possível discernir as diferentes fases por que passou nossa ciência no conjunto de textos publicados em periódicos e anais.

Em relação às outras formas de analisar a agricultura, consideramos um conjunto de trabalhos que, de maneira descritiva ou não, tratou de assuntos específicos como técnicas ou manejo de cultivos, conservação e erosão dos solos, aspectos agrônômicos de uma série de culturas além de abordagens históricas e econômicas sobre plantas e animais, sem referência a local ou definição teórico - metodológica.

Além de identificarmos estas diferentes formas de análise, ainda foi possível definirmos as características próprias a cada uma delas. Como vimos a forma encontrada pelos geógrafos para apresentar seus trabalhos mudou ao longo do intervalo

⁶Dizem respeito às diferentes formas pelas quais o autor realiza o seu estudo e expõe o trabalho, explicitando uma visão de mundo que direciona a ênfase, o entendimento e a explicação. O conjunto de princípios e práticas científicas que nortearam o desenvolvimento da pesquisa geográfica sobre agricultura é definido, neste trabalho, como formas de análise. Mediante o material levantado procuramos diferenciar os trabalhos segundo estas formas, considerando: a apresentação do trabalho, os instrumentos conceituais e metodológicos, a orientação teórica, o vocabulário.

de tempo que analisamos. Dos trabalhos monográficos às análises estatísticas e aos estudos críticos sobre a expansão capitalista no campo, as diferenças teórico-metodológicas estiveram presentes nos estudos geográficos.

As primeiras referências sobre o entendimento, ou melhor, sobre a descrição de aspectos ligados à atividade agrícola demonstraram a existência de um certo “modelo” de apresentação dos trabalhos.

Nos estudos realizados até a década de 60 foi possível distinguirmos conteúdos definidos segundo uma linha lógica de apresentação do trabalho, sobre diferentes lugares ou regiões, sintetizando: o *meio físico* ou *condições naturais*, sempre tratados em função do cultivo ou da atividade a ser realizada, enfatizando a influência do meio; a *formação econômico-social* e a *ocupação* da área estudada, com grande ênfase histórica; aspectos econômicos e técnicos sobre o manejo da cultura definindo *sistemas de cultivos*; o mercado e a circulação da produção refletindo a *comercialização*; os aspectos humanos e culturais retratando a *paisagem* e o *habitat*.

O fundamental desta forma estava na valorização da análise do visível, da fisionomia (paisagem) para explicação geográfica (Amorim Filho, 1985). E se a síntese estava refletida na paisagem, os aspectos visíveis também eram trazidos para o trabalho em esboços ou ilustrações que mostravam a organização interna das propriedades, em fotos das culturas, das edificações e construções, dos pequenos centros urbanos onde se realizava a comercialização, com demonstrações das condições de vida do agricultor e sua família. Alguns mapas também faziam-se presentes, com o objetivo de indicar a posição da área estudada em relação a um centro maior ou para demonstrar o domínio espacial do cultivo.

Exemplos desta forma de análise encontram-se evidentes em trabalhos da década de 50. Em estudo realizado sobre a Vinha em São Paulo, Dirceu Lino de MATTOS (1950) descreve aspectos gerais da região vitícola de São Roque (SP), destacando os problemas da origem e evolução da cultura.

A Geografia Física da área foi o primeiro dos aspectos analisados pelo autor, destacando a íntima relação da vinha com o meio geográfico, mostrando as influências do relevo, clima e solo. Segundo o autor, as condições geográficas repercutiram sobre a distribuição da cultura. A área viti - vinícola de São Paulo foi caracterizada e a região de São Roque foi estudada em função de sua participação como produtora, sendo considerada a evolução da paisagem rural da região. As áreas vitícolas são descritas e demonstradas em fotos dos vinhedos, das áreas produtoras em declive e várzeas, bem como o centro urbano de São Roque⁷.

⁷ Ver também, no mesmo estilo, Mendes (1949), Guerra (1951).

Destes trabalhos descritivos, seguindo o modelo de apresentação apontado, a Geografia Agrária encaminhou-se para os estudos estatísticos nos quais a presença de fórmulas matemáticas, diagramas, seqüências estatísticas, servem para identificar este conjunto de textos.

Apesar de sintetizar a diferenciação de áreas, a descrição dos aspectos definidores das regiões foi substituída por um ensaio estatístico no qual os aspectos definidores das paisagens foram tratados como variáveis segundo modelos estatísticos e matemáticos transformando-se em fatores ou tipos que, conjugados, sintetizam regiões.

Assim, da mesma forma que os estudos descritivos obedeciam a um modelo mais ou menos fixo de apresentação, os trabalhos quantitativos também têm seu padrão. Inicialmente a descrição da técnica ou modelo, definindo seu objetivo. Em seguida a apresentação dos dados ou variáveis de análise que definem o objeto de estudo, para, na parte seguinte, serem trabalhadas segundo a técnica escolhida. A análise dos resultados obtidos e sua representação cartográfica encerram o trabalho⁸.

Em outra vertente interpretativa, muito diferenciada das anteriores, predomina o texto e as ilustrações (gráficos, tabelas, fotos) não estão presentes. São textos com linguagem próprio e, como no caso dos trabalhos quantitativos, alguns vocábulos tornam-se comuns e bastante significativos.

No caso da atividade agrícola, estes trabalhos discutiram as formas de apropriação da renda da terra pelo capital, a produção subordinada à circulação e o papel das agro-indústrias

Observamos que são trabalhos de cunho bastante teórico que procuraram aproximar as proposições do materialismo histórico e dialético à realidade geográfica. A referência espacial, tão presente nos trabalhos da Geografia da década de 50, desapareceu. Não existem, ou são raras, as ilustrações, mapas ou fotos. Em geral, o texto é contínuo e é comum a crítica ao empirismo exagerado da Geografia Tradicional, bem como ao uso da quantificação como um fim em si mesmo. A linha mestra que conduz estes trabalhos é a crítica da realidade. No caso específico da Geografia Agrária a crítica à expansão do capitalismo no campo, às novas formas de relação de trabalho e os conflitos sociais decorrentes, assim como ao domínio da cidade sobre o campo resume o conteúdo destes trabalhos.

Tais trabalhos poderiam ser considerados como fazendo parte de um momento de transição em que, se aparece como a nova abordagem, ainda prevalece os estudos de caso, muitas vezes deslocado do partido teórico adotado.

⁸ Ver como exemplos Berry & Pyle (1970), Poltronieri (1974).

A identificação destes trabalhos se faz de forma simples. Em geral, o próprio título indica esta vertente, como por exemplo o estudo de MIORIM, BEZZI e ZIBORDI (1987) sobre *A reprodução das relações de produção na evolução do espaço no Rio Grande do Sul*, ou no título de ETGES (1984) *As relações de produção sob o capital monopolista: a produção do fumo no sul do Brasil*.

Para os marxistas ou radicais dois conceitos servem de base para a interpretação do que ocorre no espaço: o modo de produção e a formação econômico-social, expressões utilizadas para definir diferentes manifestações espaciais relativas às relações de produção e lutas de classes, inseridas no contexto da divisão social do trabalho.

Além das orientações teórico-metodológicas da década de 30 até meados da de 90, os temas de estudo em Geografia Agrária diversificaram-se grandemente. Primeiro, é possível percebermos que há uma variação temporal na ênfase de cada tema, ou seja, a cada intervalo de tempo sobressaem-se temas específicos em função da realidade vivida pela sociedade naquele momento, sendo, então, privilegiados nos estudos. Além disso, a variação temporal de temas também é acompanhada pela alteração na forma de entender um mesmo tema ao longo do tempo.

Um terceiro aspecto que marca o desenvolvimento da Geografia Agrária brasileira refere-se à dinâmica da historiografia geográfica e da sociedade que fizeram o objeto e o objetivo da Geografia diversificarem-se, seguindo uma trajetória, em geral, imposta para o conjunto das ciências. Esta diversificação, em alguns momentos, fez o geógrafo utilizar-se do aporte teórico de outras fontes científicas comprometendo a identidade geográfica e perdendo, em muitos casos, a referência espacial.

Quando nos propusemos a analisar o modo geográfico de pensar sobre a agricultura, deparamo-nos com um conjunto de trabalhos, ricos, em conteúdo factual; diferentes, quanto ao enfoque teórico-metodológico. Nele também percebemos, ao longo do percurso, indicações várias sobre a aproximação do modo geográfico de pensar com uma ou outra Ciência afim.

Conforme lembra CHRISTOFOLETTI (1982), os problemas enfrentados pela sociedade ocasionam mudanças, tanto no contexto sócio-econômico quanto no conhecimento científico. Como não há uma Ciência una, a reação individual aos desafios impostos pela realidade, coloca determinada Ciência em posição de perscrutadora de novas idéias ou posicionamentos. Isto pode indicar que, naquele momento, aquela Ciência poderá estar influenciando sobre outras.

A Geografia, ao longo de sua história, enfrentou a interface com outras Ciências, buscando justificar e marcar posição quanto ao seu objeto e método.

Assim, BAHIANA (1992) destaca que uma das grandes preocupações presentes no decorrer do desenvolvimento da Ciência geográfica, no Brasil e no mun-

do, foi “a tentativa de limitar onde acaba o campo de atuação dos geógrafos e começa a dos vizinhos” (BAHIANA, 1992, p. 66).

Na medida em que a Geografia foi alimentada por proposições tanto das chamadas Ciências Naturais, como das Ciências Sociais, a questão relativa às suas fronteiras, ganhou recortes distintos: das Ciências Naturais, a valorização do espaço físico; das Ciências econômicas, a preocupação com o mercado e a produção; das Ciências sociais, a análise da sociedade. Em momentos diferentes, como será mostrado a seguir, a Geografia deu ênfase maior ou menor a cada uma ou a várias destas proposições.

Em se tratando do estudo do meio rural, temática de nosso trabalho, vale lembrar o que apontam GNACCARINI e MOURA (1986-90, p. 09), em seu estudo relativo ao debate sobre a estrutura agrária brasileira. “*Pensar e escrever sobre a estrutura agrária brasileira é tarefa do político e do acadêmico, através do pensamento de economistas, antropólogos, cientistas políticos, sociólogos, agrônomos, literatos, historiadores e geógrafos*”. E a Geografia esteve participando deste debate, contribuindo de maneira mais próxima ou mais distante das Ciências afins.

Desse modo, a discussão sobre as fronteiras da ciência geográfica não pode ser efetuada de maneira estática, mas fazendo parte de um movimento que define o próprio movimento das Ciências. Conforme salientou CHRISTOFOLETTI (1982), a cada período diferente, em função do desafio colocado pela sociedade, a posição de vanguarda entre as Ciências pode mudar.

No caso específico da Geografia, de uma forma geral, três momentos são bastante claros, e mostram como as Ciências vizinhas inspiraram os geógrafos. O primeiro deles, é marcado pelas Ciências Naturais, com presença nos estudos geográficos até meados deste século. A Matemática e a Estatística conduziram os estudos, num segundo momento, ficando, a preocupação social, ditada notadamente pela Sociologia, pela História e pela Economia de inspiração marxista, como característica do terceiro momento.

ANÁLISE DE FONTES E REFERÊNCIAS

O trabalho que nos propomos a desenvolver teve como fonte primeira e essencial a biblioteca. A revisão da literatura geográfica brasileira ocorreu junto às bibliotecas que ofereceram acervos mais completos, permitindo o acesso a publicações periódicas e anais de congressos de diferentes origens e períodos. Neste sentido, foi possível o contato com a produção científica de diferentes pesquisadores e instituições (de pesquisa e ensino), tendências metodológicas e áreas (no sentido geográfico).

O material de pesquisa foi buscado junto às bibliotecas dos cursos de Geografia da UNESP (Universidade Estadual Paulista) - Campus de Rio Claro, da Universidade de São Paulo e da PUCCAMP (Pontifícia Universidade Católica de Campinas). A biblioteca da Associação dos Geógrafos Brasileiros, junto à Universidade de São Paulo também foi visitada e permitiu o acesso a periódicos nacionais e aos anais do Encontro dos Geógrafos Brasileiros. Tais centros foram escolhidos por serem de referência nacional, e no caso da PUCCAMP, por esta ter-se responsabilizado durante algum tempo pela publicação da revista *Notícia Geomorfológica* (1958-1986) e por conservar em seu acervo séries completas, advindas do intercâmbio com esta revista, que permitiram concluir a consulta ou completar volumes faltantes em outras bibliotecas.

O levantamento bibliográfico referente aos periódicos e anais de congressos permitiu um registro de 1635 trabalhos, sendo 862 artigos e 773 comunicações, resumos e trabalhos completos publicados em anais.

Foram incluídas na categoria de periódicos três publicações que apesar de não serem consideradas como tais apresentam uma periodicidade e continuidade que as diferem das demais publicações, apresentando trabalhos completos na forma de artigos. As publicações *Geografia Econômica, Espaço e Conjuntura* (IG - USP), *Série Teses e Monografias* (FFCH - USP) e *Notas e Comunicações* (UFP - Recife), enquadram-se na categoria de publicações seriadas e por apresentarem uma numeração cronológica e sequencial foram incorporadas à pesquisa por contem referências sobre agricultura.

O levantamento realizado procurou identificar séries completas para, assim, garantir a fidedignidade das informações. Mesmo buscando trabalhar com séries completas, pequenos desfalques foram observados, não significando, entretanto, uma limitação para o trabalho.

É importante salientarmos que não fizemos distinção entre trabalhos completos ou resumos, no material levantado nos anais de congressos. O objetivo principal do levantamento era avaliar o significado da atividade agrícola para o geógrafo brasileiro e, dessa forma, identificarmos o que era tratado em seus estudos. Consideramos que, mesmo sendo resumos de trabalhos, eles indicavam uma intenção e referiam-se a pesquisas já concluídas ou em desenvolvimento, revelando a escolha de um tema relacionado à agricultura.

Também é bom lembrarmos que algumas das referências não foram produzidas por geógrafos, já que as revistas e as reuniões científicas de Geografia são abertas à participação de pesquisadores de áreas afins. Assim, como a partir do 2º Enga, economistas, sociólogos, agrônomos e técnicos rurais passaram a participar com maior frequência destas reuniões, expondo seus trabalhos para apreciação e conhecimento dos geógrafos agrários, os encontros tornaram-se um fórum inter-

disciplinar para discussões sobre o agro brasileiro. Apesar disto, a origem dos dados utilizada no trabalho é predominantemente geográfica.

Concluída a pesquisa bibliográfica, conforme os critérios citados, foram selecionados 1635 trabalhos, distribuídos por 48 periódicos e 27 anais de reuniões científicas.

A análise do resultado final do levantamento proporcionou algumas indicações: primeiramente, a diversidade de títulos e de local de publicação, proporcionando até mesmo um certo regionalismo no qual cada revista é responsável pela difusão de trabalhos do local ou região a que pertence. O Estado de São Paulo apresenta um número bastante variável de revistas, mas é o Estado que concentra o maior número de editores. Há outros Estados que, apesar de não serem representativos numericamente, apresentam uma tradição geográfica que os faz merecer destaque, como Rio de Janeiro, Minas Gerais, Sergipe e Rio Grande do Sul.

A tabela 1 nos mostra o número total de trabalhos levantados, distribuídos por década e por periódico. Mesmo tratando-se de um conjunto de dados diverso, quanto à variedade de periódicos, é ele que nos permite avaliar a representatividade de cada revista e inferir que as décadas de 50 e 80 são as que se destacam pelo volume de trabalhos encontrados.

A tendência de crescimento no número de trabalhos, aliada ao desenvolvimento da ciência geográfica no Brasil e sua representatividade por década são aspectos a serem destacados. A geografia tradicional alcançou seu ápice na década de 50, com 193 trabalhos publicados. A atividade agrícola é o tema que aparece com maior ênfase neste período, uma vez que o setor primário era hegemônico e o geógrafo, dentre outros assuntos, privilegiava os aspectos econômicos, evidenciando o papel da atividade agrícola como determinante da paisagem.

Os estudos fundamentados na elaboração de sínteses explicativas de paisagens humanas, que definiam quadros regionais de uma época, correspondem ao período citado. Foi um período brilhante no qual as raízes da ciência geográfica no Brasil se fixaram, firmando-se como uma das fases mais produtivas em volume de trabalhos da história da Geografia no país. O número de séries encontradas para o período é restrito, entretanto, o volume de trabalhos coloca esta fase como uma das mais significativas no contexto da produção geográfica como um todo.

Os estudos regionais, as sínteses explicativas, a valorização das condições naturais privilegiando a relação homem/meio, compõem a fisionomia do período. Eles não são definidos aleatoriamente.

Sob essa ótica tradicional, várias temáticas foram estudadas. A realidade sócioeconômica brasileira aparece refletida nos trabalhos. Os primeiros estudos da década de 40 revelam a busca do conhecimento sobre o território nacional, cuja

atividade econômica principal era a agricultura. São descrições de diferentes áreas do país tendo como objeto de análise a organização da atividade agrícola.

A década de 50 apresenta trabalhos que demonstram preocupação com a exploração desmedida da terra. A conservação do solo e a adoção de técnicas racionais sinalizam na direção de mudanças no contexto agrícola. O território conhecido, a hegemonia agrícola ameaçada pela expansão urbana, as terras apropriadas ao cultivo já ocupadas, são elementos que fazem os geógrafos agrários tomarem uma nova direção em seus estudos. A distribuição da terra, a reforma agrária, os estudos do habitat rural (agora definidos em função da realidade nacional e não francesa) determinam tendências para o período seguinte. A década de 60 foi marcada como o período das mudanças, tanto teórico-metodológicas (o uso de fotos aéreas irá revolucionar as pesquisas de campo) como da realidade nacional.

A década de 60, na Geografia Agrária brasileira, marcou uma fase de transição em que a geografia tradicional, descritiva, concorreu com estudos de conteúdo técnico nos quais, o sensoriamento remoto foi destaque nas pesquisas sobre o uso da terra.

Os trabalhos sobre colonização deixaram evidente a tendência do geógrafo agrário, desta década, em realizar estudos regionais. A preocupação principal nestes trabalhos está aliada à avaliação crítica das falhas no processo de colonização considerando-se principalmente as dificuldades de adaptação do colono à nova realidade. A falta de estudos e planejamento prévios para identificação dos melhores locais para fixação dos projetos são os fatores principais apontados para o fracasso deste empreendimento.

Os estudos do **habitat** rural continuaram impregnados por uma abordagem da vida rural e da organização agrária dos grupos estudados. Descrever as técnicas de cultivo, as instalações da propriedade, a casa rural, a distribuição espacial dos cultivos e as instalações da propriedade era o padrão desses trabalhos que apontaram as diferenciações espaciais que ultrapassavam o limite do bairro rural.

A década de 70 foi marcada por um conjunto de transformações, tanto no contexto sócioeconômico, quanto no que se refere às formas de análise no conjunto das ciências. Neste contexto, a atividade agrícola sofreu um processo de transformações evidenciado pela expansão do sistema capitalista no campo, representado pelo processo de modernização da agricultura.

Do ponto de vista metodológico, a tendência quantitativa fez a Geografia Agrária sofrer um relativo aumento no volume de trabalhos (108) na década de 70 se comparados aos demais. No contexto específico da Geografia Agrária a chamada Geografia Agrária nomotética, concepção metodológica evidenciada pelo uso das técnicas quantitativas, passou a apresentar três características: o uso de métodos quantitativos, o desenvolvimento ou aplicação de teorias de localização e o enfoque sistêmico.

Avaliar as conseqüências do que ocorreu no Brasil em duas décadas é a tarefa do geógrafo agrário da “década perdida”⁹. Sob uma ótica considerada crítica, os anos 80 despontam e a quantificação perde sua relevância marcando profundamente seu período de atuação como aquele em que, para alguns autores, o geógrafo alienou-se da realidade social.

Grandes mudanças estavam ocorrendo no agro brasileiro, e o geógrafo agrário procurou incorporar estas mudanças ao seu trabalho, sob a ótica neo-positivista. No final da década de 1970, e especialmente nas décadas de 80 e 90, as temáticas agrárias passaram a ser estudadas sob uma nova concepção teórica: a do materialismo histórico ou da chamada “Geografia Crítica”.

A década de 70, então, pode ser considerada como um período em que a Geografia Agrária brasileira não teve a ênfase dos períodos anteriores uma vez que, no início da década, as mudanças econômico-sociais tinham a direção da consolidação do setor urbano-industrial, que, então, passa a receber a atenção e a ênfase dos estudos geográficos.

Os problemas sociais advindos das transformações no agro brasileiro pouco foram tratados pelos geógrafos agrários, naquele momento em que ocorriam. O estudo da realidade, tão evidente na geografia tradicional, perdeu-se no momento em que a realidade do agro oferecia mais oportunidades dada à efervescência das mudanças pelas quais passava. A teoria ganhou o lugar do factual e, assim, a Geografia Agrária perdeu a vinculação com o local. Sob a influência de outras ciências (Matemática, Estatística, Economia), a Geografia enfatizou a técnica e a escala geral de análise em detrimento das análises sociais em escala mais restrita. A revalorização do social aparece, sob novas perspectivas metodológicas, na década seguinte.

A expansão do sistema capitalista no campo e as conseqüentes transformações sociais, econômicas e espaciais daí advindas e que aconteciam desde a década anterior, impregnaram os trabalhos dos geógrafos agrários na década de 80. A modernização da agricultura permaneceu como temática de destaque, entretanto, sua avaliação se fez em função das conseqüências que este processo trouxe para o agricultor brasileiro em vertentes que trataram das relações de trabalho, do camponês (até o momento pouco tratada pelo geógrafo agrário, mas bastante estudado pela sociologia rural), dos impactos ambientais causados pela adoção das novas técnicas de trabalho agrícola, do complexo agro - industrial e da questão da terra (fronteira agrícola e reforma agrária).

⁹ Designação dada por economistas para definir a queda no crescimento econômico do país durante a década de 80. Medir as conseqüências da modernização nos diferentes setores do Brasil é a tarefa dos estudiosos do período.

A mudança de perspectiva na análise da agricultura na década de 80 deveu-se às novas abordagens trazidas pela geografia crítica ou radical que passaram a preponderar nos estudos geográficos. Praticamente um quarto de toda a produção geográfica brasileira sobre o agro é da década de 80, demonstrando o revigoramento do setor, devido não só às próprias mudanças ocorridas na atividade agrícola, mas também o impulso e estímulo dados à pesquisa em Geografia Agrária pelos Encontros Nacionais de Geografia Agrária.

Analisando as relações de trabalho, a mão-de-obra assalariada e a pequena produção agrícola (definida como contradição à grande produção agro-industrial e que na década seguinte será denominada como produção familiar) o geógrafo agrário discutiu a subordinação do trabalho agrícola ao capital. O pequeno produtor foi o que mais sofreu pressões sob o novo padrão tecnológico proposto para o agro brasileiro e o geógrafo agrário procurou identificar como esta categoria se comportou espacialmente, demonstrando diferenciações espaciais quanto à produção e às formas de produzir.

A pequena produção agrícola passou a significar uma temática de análise geográfica bastante rica, avaliada no contexto do processo de inserção do capitalismo no campo. A persistência ou desaparecimento, a subordinação ou a autonomia do pequeno agricultor tornaram-se questões básicas para o estudo do geógrafo agrário sob a perspectiva do Complexo Agro-industrial - CAI.

Os trabalhos sobre esta temática não se preocuparam com o entendimento do funcionamento interno do grupo familiar. O pequeno produtor agrícola foi considerado um agente organizador do espaço por imprimir à sua propriedade ou à área de posse características muito próprias que o diferenciavam de outros grupos de trabalhadores. Os estudos de caso sobre estes grupos, em diferentes partes do país, foram comuns durante toda a década¹⁰.

A década de 90 evidencia uma continuidade dos estudos sobre a produção familiar, na ótica do campesinato, segundo a concepção Chayanoviana. Assim, vários estudos foram publicados neste sentido, apresentando, agora, uma preocupação com a definição teórica deste grupo social, cuja fundamentação advinda da Sociologia Rural, está balizada pela teoria proposta por Alexander CHAYANOV (1974) e por autores nacionais, seguidores desta mesma linha.

O espectro de análise e as tendências são bastante ricos para os anos 90, com um volume bastante considerável de trabalhos de conteúdo mais geral, como

¹⁰ ASARI, A. Y. Produtores e processadores do rami. O caso de Londrina (PR). *Geografia*, Londrina, v. 2 n.º 2, p. 01-10, 1984; BRITO, M. do S., SILVA, S. T. O papel da pequena produção na agricultura brasileira, *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, ano 44, n.º 2, p. 191-262, 1982; ETGES, V. E. As relações de produção sob o capital monopolista: a produção do fumo no sul do Brasil. In: V ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 5, Santa Maria, 1984. *Anais...* Santa Maria: UFSM, 1984, p. 9-14.

estudos de organização agrária, produção agrícola, força de trabalho, etc. sob a forma de estudos de caso.

A década de 90 apresentou um número mais reduzido de periódicos em circulação, se comparado a outros períodos. Mesmo assim, o número de trabalhos encontrados evidencia a manutenção do interesse em estudar a atividade agrícola, pois, nos cinco anos avaliados, o volume de trabalhos levantados é significativo se comparado a períodos decenais completos (147 trabalhos).

Para o conjunto das publicações levantadas pode-se detectar que são o Boletim Geográfico e a Revista Brasileira de Geografia os periódicos com maior volume de trabalhos sobre agricultura (tabela1). Na categoria associações, a AGB se destacou pela participação dos Boletins Paulista e Carioca de Geografia e do Caderno Prudentino de Geografia, enquanto a AGETEO apresentou uma participação maior, porque a revista Geografia e o Boletim de Geografia Teorética apresentaram as maiores frequências nas décadas de 80 e 90, respectivamente.

Para a categoria Departamento/Universidade, destaques devem ser feitos quanto ao Boletim de Geografia de Maringá, à revista Geografia Ensino e Pesquisa, de Santa Maria e à Revista de Geografia da UNESP. A USP, com seus vários títulos, aglutinou aproximadamente 5% dos trabalhos encontrados. Deste total uma parcela é proveniente da Geografia Econômica, publicação editada pelo Instituto de Geografia que, apesar do título, teve como assunto de seus estudos a agricultura, com destaque para questão do abastecimento da cidade por gêneros alimentícios.

A produção relativa à Geografia Agrária encontrada em anais de reuniões científicas (tabela2) faz sobressair, assim como para os periódicos, a década de 80 como a de maior volume de trabalhos.

Tabela 1 - Produção científica relativa à geografia agrária brasileira publicada em periódicos - 1935 a 1995

PERIÓDICOS	FREQUÊNCIA POR DÉCADA							
	30	40	50	60	70	80	90	TOTAL
Boletim da AGB								00
Boletim da FFCL - Geografia		03	02	01				06
Boletim da UPEGE					01			01
Boletim de Geografia (DGE/UEM)						14	08	22
Boletim de Geografia Teórica					09	10	74	93
Boletim do Depto. de Geografia					01			01
Boletim Geográfico		50	116	46	21			233
Boletim Geográfico (DEGC)		07						07
Boletim Geográfico de Minas Gerais								00
Boletim Geográfico do RS			03		20			23
Boletim Amazonense de Geografia								00
Boletim Baiano de Geografia					04	01		05
Boletim Campograndense de Geografia				01				01
Boletim Carioca de Geografia			12	03	02			17
Boletim Gaúcho de Geografia						07	02	09
Boletim Goiano de Geografia						12	03	15
Boletim Mineiro de Geografia				03				03
Boletim Paranaense de Geografia				03				03
Boletim Paulista de Geografia		02	13	07	08	12	03	45
Caderno Prudentino de Geografia						26	02	28
Cadernos de Geografia (Uberlândia)						02		02
Cadernos de Geografia (UFS)						03		03
Caderno de Geografia (PUC-MG)								00
Cadernos Rioclarenenses de Geografia				04				04
Cadernos Sergipanos de Geografia					03	03		06
Ciência Geográfica								00
Espaço Aberto							01	01
Espaço e Conjuntura						06		06
Fórum Geográfico								00
Geografia AGB (São Paulo)	06							06
Geografia (Rio Claro)					08	25	10	43
Geografia (Londrina)						09		09
Geografia Econômica (USP)				07	05			12
Geografia Ensino e Pesquisa						06	17	23
Geosul						07	02	09
Geonordeste						11		11
Notas e Comunicações de Geografia						02		02
Revista Brasileira de Geografia	01	22	44	20	23	34	04	148
Revista Geografia e Ensino						03	01	04
Revista da Soc. Brasileira de Geografia		02	03					05
Revista de Geografia (UNESP)						13	07	20
Revista de Geografia (Dourados)						01		01
Revista do Depto. de Geografia (USP)						06	06	12
Revista Mato - Grossense de Geografia							01	01
Orientação				04			01	05
Série Teses e Monografias (USP)					06			06
Sociedade e Natureza (UFU)						02	04	06
Terra Livre						05		05
Total	07	86	193	103	108	218	147	862

Fonte: Levantamento Bibliográfico.

Organização: Darlene Ap. de O. Ferreira

Tabela 2 - Produção científica relativa à geografia agrária brasileira publicada em anais - 1940 a 1995

ANAIS DE CONGRESSOS	FREQÜÊNCIA POR DÉCADA							Total
	40	50	60	70	80	90	
Anais da AGB	04	20	23	14				61
9º. Cong. Bras. de Geografia	18							18
10º. Cong. Bras. de Geografia								00
1º. Cong. Bras. de Geógrafos		03						03
4º. Cong. Bras. de Geógrafos					06			06
2º. Enc. Nac. de Geógrafos				08				08
3º. Enc. Nac. de Geógrafos				05				05
4º. Enc. Nac. de Geógrafos					16			16
5º. Enc. Nac. de Geógrafos					17			17
6º. Enc. Nac. de Geógrafos					32			32
7º. Enc. Nac. de Geógrafos					26			26
8º. Enc. Nac. de Geógrafos						27		27
9º. Enc. Nac. de Geógrafos						33		33
1º. ENGA				17				17
2º. ENGA				12				12
3º. ENGA					14			14
4º. ENGA					22			22
5º. ENGA					49			49
6º. ENGA					45			45
7º. ENGA					50			50
8º. ENGA					51			51
9º. ENGA					36			36
10º. ENGA						40		40
11º. ENGA						67		67
12º. ENGA						109		109
Enc. de Geógrafos da Am. Latina						05		05
XVIII Cong. Intenc. de Geografia				04				04
Total	22	23	27	56	369	276		773

Fonte: Levantamento bibliográfico.

Organização: Darlene Ap. de O. Ferreira

A realização do 1º. e 2º. Enga's, já em finais dos anos 70, fez crescer o volume de trabalhos sendo que os dois encontros foram responsáveis por aproximadamente 52% dos trabalhos publicados em anais no período.

A partir da década de 80 os Enga's dominaram o conjunto de trabalhos publicados em anais, chegando a 72% do total de trabalhos na década de 80 e a 78% até 1994. Em percentuais, o impulso dado pela realização dos Enga's faz crescer em 41% o volume de trabalhos para a década de 80 e, em 29%, para os anos 90, quando comparados estes períodos com o decênio de 70.

A divulgação nos Anais da AGB não pode ser esquecida já que ela foi significativa durante o período de sistematização da Geografia no Brasil e tornou-se primeiro veículo a registrar a produção nacional nas décadas de 40, 50 e 60.

É evidente que a produção geográfica nacional sobre agricultura variou ao longo do período por nós analisado. Essa variação correspondeu às mudanças ocorridas em dois níveis. Primeiramente, no contexto teórico-metodológico, derivando de transformações paradigmáticas que foram assimiladas pela ciência geográfica. O segundo, no âmbito empírico, construído pelas transformações da realidade que se colocaram para análise diante do geógrafo.

Quanto às mudanças teórico-metodológicas que acompanharam o desenvolvimento epistemológico da Geografia, refletiu-se no que denominamos de formas de análise¹¹.

Assim, passamos dos estudos de caso - realizados pela Geografia Tradicional, em que a observação era a principal ferramenta - para as análises estatísticas - em que o uso da matemática era o alicerce - e, destas, para a ênfase na questão teórico-social-ambiental.

É possível, sem grandes dificuldades, definirmos algumas características que determinam tendências nos textos levantados na direção de uma ou outra linha teórico-metodológica. O tratamento dos dados, a forma de redigir, a apresentação das informações, identificam a que "escola" do pensamento o trabalho pode ajustar-se. Não se trata aqui, de rotularmos os trabalhos ou os autores, mas, sim, de mostrarmos como é possível discernir as diferentes fases por que passou nossa ciência no conjunto de textos publicados em periódicos e anais.

¹¹ Dizem respeito às diferentes formas pelas quais o autor realiza o seu estudo e expõe o trabalho, explicitando uma visão de mundo que direciona a ênfase, o entendimento e a explicação. O conjunto de princípios e práticas científicas que nortearam o desenvolvimento da pesquisa geográfica sobre agricultura é definido, neste trabalho, como formas de análise. Mediante o material levantado procuramos diferenciar os trabalhos segundo estas formas, considerando: a apresentação do trabalho, os instrumentos conceituais e metodológicos, a orientação teórica, o vocabulário.

CONCLUSÃO

Geografia e agricultura, no Brasil, apresentam uma história composta por diversos capítulos, os quais nos remetem a um conjunto de informações extenso e disperso. A diversidade do material bibliográfico encontrado, não só quanto às fontes, mas também quanto às formas de interpretação, aliada à revisão da literatura sobre a realidade nacional, durante o período de análise, permitiu avaliar os enfoques, as temáticas de estudo que orientaram a produção geográfica no Brasil no que concerne à atividade agrícola, com o objetivo de desvendar como determinado assunto foi examinado, em que circunstâncias foi continuado ou abandonado, utilizando o balizamento de conjuntura econômico-social e do tratamento teórico-metodológico da própria Geografia ou das ciências correlatas.

Sem dúvida, o tratamento quantitativo do levantamento bibliográfico possibilitou sua compreensão em forma bruta. A análise qualitativa, por sua vez, mostrou a relação entre temas candentes na realidade temporal e temas privilegiados pelos estudiosos, naquele momento; o estudo das formas de análise, ou seja, como, a cada período de tempo, foram registradas as informações e os autores desenvolveram seus textos.

A definição por décadas permitiu-nos a organização e manuseio do material bibliográfico levantado, segundo as datas de publicação dos trabalhos, evidenciando, com maior exatidão, o tempo de duração (surgimento, amadurecimento e abandono) de determinada temática no contexto da Geografia Agrária. A evolução dos conteúdos registrados mostrou-se não linear, sem respeitar limites de tempo pré-estabelecidos, mas intervalos que ultrapassavam os limites das décadas, deixando claro o momento em que tal temática ou postulado teórico passou a fazer parte do rol de discussão do geógrafo agrário.

As escolas do pensamento geográfico estão implícitas na análise da trajetória da Geografia Agrária, numa variação temporal, que não seguiu a divisão rígida por décadas, mas esteve a elas relacionada. Uma escola do pensamento pode ter seu início em um período de evidência de outra e mesmo quando esta perder sua hegemonia, será possível identificar trabalhos desenvolvidos a partir dos postulados já ultrapassados. Assim, na análise temporal, deixamos evidentes as fases de surgimento, amadurecimento e abandono de proposições metodológicas.

A análise das temáticas ofereceu a oportunidade de identificarmos a preocupação, agora de caráter empírico e relacionada à realidade sócioeconômica, do geógrafo agrário brasileiro e principalmente, a trajetória diferenciada, em termos metodológicos, sofrida por um mesmo tema ao longo do tempo.

Considerando que este estudo analisou a trajetória de determinado conteúdo - atividade agrícola - ao longo do desenvolvimento da ciência geográfica no

Brasil, o tempo foi colocado como variável fundamental de observação, pois indicou, de forma linear ou não, a trajetória do conteúdo (realidade) e das proposições teóricas (geográficas ou não) que marcaram o desenvolvimento da Geografia Agrária no Brasil.

A produção geográfica sobre agricultura nas décadas de 40 e 50, desenvolveu-se de forma a alcançar o pleno conhecimento do que e como se produziu o conhecimento do território nacional, organizado em função da atividade agrícola, hegemônica no período. Os trabalhos encontrados, de maneira geral, procuram descrever a paisagem agrícola brasileira em seus aspectos produtivos e de comercialização, ficando a preocupação com os aspectos agrários demonstrada na discussão sobre a distribuição da terra no país.

A produção geográfica em agricultura nas décadas de 60/70 e 80/90 é caracterizada pelo surgimento de inovações nos estudos geográficos que estiveram relacionadas ao uso de fotografias aéreas, bem como a incorporação da Matemática e da Estatística, quando a Geografia buscava a cientificidade, resultando em trabalhos sobre o uso da terra e tipologia agrícola. Ao final da década de 70, a Geografia Agrária brasileira mostrava como a modernização da agricultura estava distribuída no espaço e quais os parâmetros estatísticos de análise do processo. O geógrafo agrário fazia a medição e distribuição da modernização.

No período seguinte, décadas de 80 e 90, as conseqüências sociais da modernização da agricultura, privilegiando o papel do pequeno produtor, o avanço do capitalismo no campo, a relação agricultura/indústria e o desenvolvimento rural são os temas principais identificados. Na década de 90, tais temáticas ganharam nova roupagem e a pequena produção passou a ser estudada com ênfase no trabalho da família, definida teoricamente como unidade familiar de produção, numa linha chayanoviana de análise. A questão da terra também ganhou referência, considerando os estudos sobre reforma agrária e assentamentos rurais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMORIM FILHO, O. B. *Reflexões sobre as tendências teórico-metodológicas da Geografia*. Belo Horizonte: UFMG, 1985. 56 p. (Publicação Especial, 2)
- ASARI, A. Y. Produtores e processadores do rami. O caso de Londrina (PR). *Geografia*, Londrina, v. 2 n. 2, p. 01-10, 1984.
- BAHIANA, L. C. Teoria, metodologia e história do pensamento geográfico: flagrantes de um século de reflexão em periódicos selecionados. *Revista Brasileira de Geografia*, ano 54, n. 3, p. 63-90, 1992.

- BERRY, B. J. L., PYLE, G. F. Grandes regiões e tipos de agricultura no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, ano 32, n. 4, p. 23-39, 1970.
- BRAY, S. C. Aspectos da trajetória teórico - metodológica da Geografia Agrária no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 8, 1987, Barra dos Coqueiros. *Mesas Redondas Comunicações...* Barra dos Coqueiros: UFS, 1987. p. 4-12.
- BRITO, M. S., SILVA, S. T. O papel da pequena produção na agricultura brasileira. *Revista Brasileira de Geografia*, ano 44, n. 2, p. 191-261.
- CERON, A. O., GERARDI, L. H. O. Geografia Agrária e metodologia de pesquisa. *Boletim de Geografia Teórica*, v. 9, n. 17-18, p. 59-68, 1979.1982.
- CHAYANOV, A. V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974. 351p.
- CHRISTOFOLETTI, A. As perspectivas dos estudos geográficos. In: _____. *Perspectivas da Geografia*. São Paulo: Difel, 1982. p. 11-36.
- DINIZ, J.A.F. A renovação da Geografia Agrária no Brasil. In: REUNIÃO ANUAL DA SBPC, 25, SIMPÓSIO RENOVAÇÃO DA GEOGRAFIA, 1973, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: SBPC, 1973. p. 29-81.
- _____. Evolução dos conceitos geográficos e o estudo da agricultura. In: _____. *Geografia da Agricultura*. São Paulo: Difel, 1984. cap. 2, p. 35-56.
- ETGES, V. E. As relações de produção sob o capital monopolista: a produção de fumo no Sul do Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 5, 1984, Santa Maria. *Comunicações...* Santa Maria: UFSM, 1984. p. 9-14.
- FAUCHER, D. Princípios generales de Geografia Agrária. Trad. R. Martínez. In: _____. *Geografia Agrária Tipos de Cultivos*. Barcelona: Omega, 1953. p.11-28.
- GALVÃO, M. C. C. Contribuição ao debate sobre perspectivas teórico-metodológicas para a Geografia Agrária. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 8, 1987, Barra dos Coqueiros. *Mesas Redondas e Comunicações...* Barra dos Coqueiros: UFS, 1987. 17p. (mimeo.)
- _____. Questões e desafios para a investigação em Geografia Agrária. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 9, 1988, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: UFSC, 1988. não pag.
- GEORGE, P. La campagne: une création humaine aux multiples aspects. In _____. *La campagne. Le fait rurale através le monde*. Paris: Press Universitaire de France, 1956. cap. 1, p. 3-10.
- GNACCARINI, J. C., MOURA, M. M. Estrutura agrária brasileira: permanência e diversificação de um debate. *BIB O que se deve ler em Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo, Cortez; Anpocs, n.º 15-19, p. 9-61, 1986-1990.

- GUERRA, A. T. Degradação dos solos da Guiné Portuguesa. *Boletim Geográfico*, ano 9, n. 103, p. 717-20, 1951.
- GUSMÃO, R. P. Os enfoques preferenciais nos estudos rurais no IBGE. *Revista Brasileira de Geografia*, ano 40, n. 1, p. 14.
- LONGO, E. M. Algumas reflexões em torno da Geografia Agrária. *Boletim Gaúcho de Geografia*, n. 13, p. 45-8, 1983.2-6, 1978.
- MATTOS, D. L. Contribuição ao estudo da vinha em São Paulo. A Região de São Roque. *Boletim Paulista de Geografia*, n. 4, p. 27-47, 1950.
- MEGALE, J. F. Geografia Agrária: objeto e método. *Boletim Geográfico*, ano 34, n. 247, p. 63-72, 1975.
- MENDES, C. M. Algumas relações entre o urbano rural do Norte do Paraná. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 12, 1994, Águas de São Pedro. *Comunicações... Águas de São Pedro: UNESP, 1994. p. 54-5.*
- MIGLIORINI, E. A Geografia Agrária no quadro da ciência geográfica. *Boletim Geográfico*, ano 8, n. 93, p. 1072-91, 1950.
- MIORIN, V. M. F., BEZZI, M. L., ZIBORDI, A. F. G. A reprodução das relações de produção na evolução do Estado do Rio Grande do Sul. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 8, 1987, Barra dos Coqueiros. *Anais... Barra dos Coqueiros: UFS, 1987. p. 165-6.*
- POLTRONIÉRI, L. C. Utilização de estruturas econômicas para definição de espaços agrícolas uniformes no Estado de São Paulo. *Boletim de Geografia Teórica*, v. 4, n. 7-8, p. 5-28, 1974.
- TEIXEIRA, M. A. A Geografia Rural no Brasil: contribuição aos estudos de revisão e tendências. *Caderno Prudentino de Geografia*, n. 1, p. 82-9, 1981.
- VALVERDE, O. A Geografia Agrária como ramo da Geografia Econômica. *Revista Brasileira de Geografia*, ano 23, n. 2, p. 430-2, 1961.
- _____. Metodologia da Geografia Agrária. In: _____. *Geografia Agrária do Brasil*. Rio de Janeiro: Centro de Estudos de Pesquisas Educacionais, 1964. v.1, p. 11-37.